

## GÊNERO E SEXUALIDADE: DEBATES E EMBATES EDUCACIONAIS

Erika Suyanne Sousa Silva <sup>1</sup>

Evandro Nogueira de Oliveira <sup>2</sup>

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ariza Maria Rocha <sup>3</sup>

### RESUMO

A Educação Sexual assume importante espaço dentro dos debates pautados na reflexão sobre as sexualidades. Nesse contexto, a escola pode ser compreendida como um espaço que possibilita o contato com as diversidades além de ser potencializadora nas relações construídas socialmente. O objetivo desse estudo é analisar os contextos sobre como são realizadas as práticas discursivas e não-discursivas que regem o debate público na sociedade brasileira sobre a inclusão dos conteúdos relativos ao gênero e à sexualidade na escola. Trata-se de uma discussão teórica a partir de uma revisão integrativa da literatura. Para o levantamento dos artigos, realizou-se uma busca na base de dados Periódico Capes, considerando três descritores, a saber, “Conhecimento”, “Gênero e Educação Sexual” e “Escola”. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: últimos 05 anos, artigos originais, em língua portuguesa e que se aproximem da temática após leitura dos títulos e resumos. No cotidiano escolar o processo de naturalização de temas como raça, gênero e orientação sexual, reforçam, em inúmeras vezes, os preconceitos existentes. A Escola como um todo precisa ser capaz de nortear a desnaturalização das discriminações, tendo em vista que se constitui como espaço privilegiado para o tratamento pedagógico dessas questões.

**Palavras-chave:** Gênero, Educação Sexual, Práticas Educativas, Professores.

### INTRODUÇÃO

Os diálogos, em espaços formativos, acerca das temáticas gênero e sexualidade são emergentes e não devem se isentarem de fazer parte do processo formativo dos diversos agentes educacionais, isto porquê, devemos considerar sua relevante importância, sem, contudo, desconhecer ou desconsiderar, objetivamente, as dificuldades na abordagem, especialmente, no âmbito escolar, ora causadas pelo movimento conservador que avança no Brasil (SEVERO, 2013).

Deste modo, pensar o cotidiano educacional, requer, acima de tudo, entender a escola como uma instituição que possibilita o movimento de ideias, conhecimentos, vivências e aprendizados e possibilitam aos professores e professoras repensarem sua atividade docente no movimento da realidade. Com isso, é necessário considerar que a Educação Sexual deve

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação - MPEDU da Universidade Regional do Cariri - URCA, [educadoraerika@gmail.com](mailto:educadoraerika@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, [evandronogueira@fvs.edu.br](mailto:evandronogueira@fvs.edu.br);

<sup>3</sup> Professora do Curso de Mestrado Profissional em Educação - MPEDU da Universidade Regional do Cariri - URCA, [ariza.rocha@urca.br](mailto:ariza.rocha@urca.br);

assumir importante espaço dentro dos debates pautados na reflexão sobre os gêneros e as sexualidades.

Entendemos, aqui, o ambiente escolar como um espaço que possibilita a interação com uma diversidade de indivíduos, nessa perspectiva, Pessoa (2012) remete que a educação de alunos e alunas sobre gênero e sexualidade é importante para a formação de uma sociedade com igualdade de gênero e livre de preconceitos quanto à diversidade sexual. A escola é uma das esferas sociais por onde transitam conceitos, valores e crenças permitindo que os indivíduos estabeleçam relações sociais entre seus pares. Desta forma, esta instituição social compõe um campo que, dialeticamente, constituem a subjetividade dos sujeitos, isto é, os modos de pensar, sentir e agir mediados pela realidade objetiva.

Assim, pode-se refletir que a dificuldade em trabalhar a educação sexual está relacionada com a própria constituição histórica da sexualidade. As práticas higienistas, repressão da liberdade e, especialmente, a expressão sexual alinhada às crenças religiosas, caracterizaram o início da educação sexual no Brasil, valorizando as relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu (FIGUEIRÓ, 2010; LOURO, 2008).

Na mesma perspectiva, acreditamos que o ambiente familiar (e suas inúmeras configurações), a seguir a escola, norteia os indivíduos a aprender a reconhecer sexualidade (FERREIRA, AGUIAR; 2018). Assim sendo, compreendemos o papel da instituição familiar – mesmo considerando suas limitações teóricas, sociais, formativas no campo do gênero e sexualidade – como basilares no que se refere ao processo de educação sexual para a diversidade.

Com isso, avançar no que se refere ao estudo de questões relacionadas à temática gênero e sexualidade representam um desafio, ao mesmo instante que provocam para o aprofundamento teórico, especialmente, no que se refere ao meio escolar, social e familiar. Embora, diversos campos de conhecimento e áreas de atuação, principalmente no cenário educacional, tenham se dedicado a estudar e dar espaço a essa temática, o movimento conservador que se instaura no Brasil, à exemplo do Escola Sem Partido, têm nos feito retroceder como nos mostra Severo, Gonçalves, Estrada (2019) “traz um discurso conservador, apresentando a pauta de valores tradicionais que se expressa através da delimitação de um antagonista, como, por exemplo, o debate sobre gênero, o que é ressignificado de forma a distorcer o objetivo da proposta do debate” (p.16)

Assim, compreendemos que as questões de gênero e sexualidade ainda integram desafios educacionais. Deste modo, as práticas discursivas são atravessadas por práticas não-discursivas, ou seja, relações de poder e saber que exercem controle sobre o que pode ou não

ser dito. Historicamente, a circulação de discursos em torno da sexualidade que escapa ao padrão heteronormativo é interdita em nome da preservação das instituições e de valores morais. Não se pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar (FOUCAULT, 1996).

Posições binárias e relações heteronormativas são reforçadas pelos discursos neoconservadores e pelas práticas não-discursivas constituídas por relações de poder e saber. Essa cultura influencia até hoje a dificuldade de diálogo sobre sexualidade na escola, permitindo que apenas as informações sobre práticas preventivas sejam realizadas, especialmente nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Parece existir um temor, de modo geral, de que o diálogo sobre gênero e sexualidade fomenta uma antecipação dos comportamentos sexuais, além do receio de provocar conflitos com as famílias.

Estudos apontam que mesmo existindo documentos oficiais abordando questões sobre gênero e sexualidade, os professores, principais responsáveis pela educação sexual na escola, não têm acessado esses documentos, nem recebido outros meios de capacitação (NARDI; QUARTIERO, 2012; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015). O que, de forma mais ampla, impede, objetivamente do professor pensar e refletir acerca do seu papel frente à educação para a emancipação.

Com isso, o foco central, deste estudo, situa-se em analisar os contextos sobre como são realizadas as práticas discursivas e não-discursivas que regem o debate público na sociedade brasileira sobre a inclusão dos conteúdos relativos ao gênero e à sexualidade na escola.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma discussão teórica, a partir de uma revisão integrativa da literatura, esta modalidade de estudo ~~que~~ sumariza intervenções já realizadas sobre um determinado tópico e apresenta as conclusões obtidas, de modo a oferecer evidências científicas para a prática profissional e a favorecer o desenvolvimento de pesquisas futuras (Beyea e Nicoll, 1998).

A presente revisão compreendeu as seguintes etapas: (i) levantamento das bibliografias em base de dados, através de descritores preestabelecidos; (ii) leitura dos títulos e dos resumos, com posterior seleção dos estudos diretamente relacionados ao objetivo ora proposto; (iii) recuperação e exame dos artigos selecionados, na íntegra; (iv) categorização do conteúdo das produções.

A compilação de informações em meios eletrônicos, segundo Brevidelli (2008) é um grande avanço para os pesquisadores, democratizando o acesso e proporcionando atualização

frequente. O propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa é reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca na base de dados Periódico Capes, considerando versões em língua portuguesa e de três descritores, a saber, “Conhecimento” e “Gênero e Educação Sexual” e “Escola”.

Este levantamento foi realizado no período de Setembro de 2019. Para a realização da busca com descritores, foi feita pesquisa para validação dos mesmos em: <http://decs.bvs.br/>. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: últimos 05 anos, artigos originais, em língua portuguesa e que se aproximem da temática após leitura dos títulos e resumos. Foram excluídos da pesquisa aqueles que se distanciaram da temática após leitura na íntegra, não gratuitos e duplicados. Por meio desse processo, obteve-se 08 artigos para discussão.

Após o processo de seleção e identificação dos artigos que obedeceram aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foi realizada leitura na íntegra de todos os artigos. Após a releitura de cada um dos artigos, preencheu-se um quadro com as seguintes informações: identificação, ano, título e questão problema.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor contextualizar os achados da pesquisa, aqui será mostrado um quadro esquematizado chamado de *Síntese dos estudos*, para uma discussão mais precisa e objetiva.

Quadro 01 – *Quadro Síntese dos estudos*.

ID	ANO	AUTORES	TÍTULO	QUESTÃO PROBLEMA
A1	2018	Milene Fontana Furlanetto; Franciele Lauermann; Cristofer Batista Da Costa; Angela Helena Marin.	Educação Sexual em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática da Literatura.	Como a educação sexual é vista em escolas brasileiras, a fim de identificar suas principais características, temas abordados e profissionais responsáveis pelas ações?
A2	2018	Elaine Reis Brandão; Rebecca Faray Ferreira Lopes	Não é competência do professor ser sexólogo. O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação.	De que forma são discutidas as premissas que regem o debate público na sociedade brasileira sobre a inclusão dos conteúdos relativos ao gênero e à sexualidade no PNE?



<b>A3</b>	2017	Priscila Mugnai Vieira; Thelma Simões Matsukura.	Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública.	Como são realizadas as práticas de educação sexual com adolescentes desenvolvidas nas escolas da rede pública? Qual a concepção dos professores envolvidos a respeito do tema?
<b>A4</b>	2017	Helena Maria Campos; Cláudia Gersen Alvarenga Paiva; Isabella Campos de Araújo Mourthé; Yago Freire Ferreira; Maria do Carmo Fonseca.	Direitos humanos, cidadania sexual e promoção de saúde: diálogos de saberes entre pesquisadores e adolescentes.	Experientiar diálogos de saberes sobre direitos humanos, saúde e cidadania sexual entre pesquisadores e um grupo de adolescentes.
<b>A5</b>	2017	Vanessa dos Reis Queiroz; Janie Maria de Almeida.	Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba.	Investigar o conhecimento dos professores sobre a temática sexualidade.
<b>A6</b>	2016	Amanda Nogara Marcon; Luísa Evangelista Vieira Prudêncio; Marivete Gesser.	Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.	Como é explanada a produção de conhecimento em diversidade sexual na escola desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, focando-se na relação entre os documentos oficiais e em como é produzido o conhecimento, no conceito de gênero utilizado neste processo?
<b>A7</b>	2016	Márah Andréa da Cruz Rodrigues; Kemle Senhorinha Rocha Tuma Viana.	A educação sexual na escola e as causas que interferem o seu desenvolvimento.	Investigar quais são as causas que interferem no desenvolvimento do ensino da Educação Sexual, de forma transversal, nas disciplinas das séries finais do Ensino Fundamental?
<b>A8</b>	2016	Rebeca Nunes Guedes de Oliveira; Rafaela Gessner; Vânia de Souza; Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca.	Limites e possibilidades de um jogo online para a construção de conhecimento de adolescentes sobre a sexualidade.	Como o jogo online influencia para a construção de conhecimento em saúde dos adolescentes no campo afetivo-sexual e reprodutivo?

A sexualidade pode ser compreendida de acordo com Louro (2008) como um processo construído ao longo do desenvolvimento dos sujeitos, influenciado por aprendizagens e experiências sociais e culturais, que remetem ao prazer e à qualidade de vida. Inicialmente o

A7, remete que o processo de educação sexual ocorre, informalmente, a partir das relações com o ambiente, tendo a família como referência, e, formalmente, como prática pedagógica, nas escolas e instituições sociais (Figueiró, 2010; Furlani, 2011a).

Concordando com o pensamento anterior sobre sexualidade, Brêtas et al. (2011) diz que a sexualidade faz parte da identidade humana, desenvolvendo-se no decorrer da vida e sendo entendida como um fator que motiva as diferentes formas de busca e vivência do prazer. Isto é, fica claro no A5 que a sexualidade é um processo que se constitui historicamente e está intimamente relacionado ao modo como os sujeitos a vivenciam social e culturalmente.

Em consonância ao exposto sobre a contextualização da sexualidade, é necessário o entendimento da mesma dentro do cenário educacional. O A6 remete que a luz das leis e teorias que norteiam a Educação Brasileira, em 1996, foi aprovada como a terceira e mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), entendida, até hoje, como um avanço no que se refere à democratização da Educação. A LDBEN criou normativas para educação em âmbito nacional e, especialmente, legitimou o texto constitucional abrangendo a escola como um espaço amplo, plural e democrático. Além disso, o texto menciona que a escola deve ser eficaz na garantia do direito ao acesso e a permanência dos alunos.

De modo parecido, em 1998, é publicada a primeira versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cujo principal objetivo era orientar as escolas na reformulação de propostas pedagógicas, visando a melhoria das práticas e à coerência dos investimentos no sistema educacional brasileiro. Nesse aparato, o A6 vê-se os parâmetros curriculares nacionais, como uma forma de orientar os professores a desenvolver uma prática pedagógica que abrange diversos conteúdos, o que se chamam de “temas transversais” trabalhando assim temas para uma boa convivência em sociedade, dentre eles estão: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo (BRASIL, 1998).

Segundo os PCNS, a orientação sexual (termo cunhado pelo próprio livro para se referir ao processo de Educação Sexual na escola) é entendida como atividade transversal, perpassando todos os níveis de ensino e disciplinas ou atividades escolares, já que se trata de uma questão inerente ao ser humano, construída coletiva e socialmente ao longo do seu desenvolvimento e moldada nas suas relações. Sendo assim, o documento orienta que a sexualidade deve ser trabalhada de duas formas: dentro da programação pedagógica, por meio de conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e em extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 1998; PALMA et al., 2015).

Atualmente, a Educação Brasileira têm disponível para uso a Base Comum Curricular (BNCC), documento criado em uma perspectiva horizontal e em colaboração com os entes

federativos de todo o país. De modo geral, o A2 enuncia que o referencial serve para mapear os conhecimentos aplicados prática pedagógica do professor. No que se refere ao trabalho com a questão de gênero e sexualidade, os escritos da BNCC não produzem material, tão pouco mencionam o tema de forma transversal ou geradora.

Claramente, esta invisibilidade ao tema é provocada por setores conservadores que, em sua maioria, apontam que conteúdos, relacionados à educação sexual, provocariam uma crise de identidade e um processo de assujeitamento, que afetaria a família (nos moldes tradicionais) e a integridade moral e intelectual dos jovens. Afirma-se no A2 também que a hipótese de que o gênero é socialmente construído não se sustenta, pois carece de premissas verdadeiras para embasar-se. Outra linha de argumentativa aponta que seriam temas já vencidos no PNE e, sendo a Base uma determinação do Plano, adicioná-los contrariaria o já determinado pelo Congresso Nacional. Entretanto, sabe-se que, pelos inúmeros desafios e desalinhamento das questões, é primordial trabalhar sistematicamente sobre, para que assim haja um combate às discriminações no interior do processo educacional e conseqüentemente renovando o imaginário social acerca de tais questões.

A atividade educativa pautada na diversidade gera respeito aos direitos humanos e contribui na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual, superando os desafios para a garantia do direito à educação, especialmente da população LGBTQIA+, que historicamente têm sido excluída e evadido dos ambientes educacionais.

Acredita-se que a dificuldade em trabalhar tanto o gênero quanto a educação sexual no A5 está relacionada com a própria constituição histórica da sexualidade. As práticas higienistas e a repressão da liberdade de expressão sexual, alinhadas a algumas crenças religiosas, caracterizaram o início da educação sexual no Brasil, valorizando as relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu (FIGUEIRÓ, 2010; LOURO, 2008).

Esse embate, como qualquer outro embate cultural, de acordo com Louro (2004) é complexo exatamente porque está em contínua transformação. No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual).

Essa cultura influencia, até hoje, na dificuldade de diálogo sobre sexualidade na escola, permitindo que apenas as informações sobre práticas preventivas sejam realizadas, especialmente nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Parece existir, de acordo com o A7 um temor, de modo geral, de que o diálogo sobre gênero e sexualidade fomenta uma antecipação dos comportamentos sexuais, além do receio de provocar conflitos

com as famílias. (GAVA; VILLELA, 2016; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; NOTHAFT et al., 2014; SILVA; GUERRA, 2013; VILELAS-JANEIRO, 2008).

Nos últimos vinte anos, com as discussões referentes aos direitos humanos, mais especificamente relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as abordagens pedagógicas críticas têm ganhado espaço, especialmente no campo acadêmico. Essa modalidade, de acordo com A4 considera o adolescente protagonista, possuidor de autonomia para tomada de decisões e de direito de acesso aos serviços de saúde e informação (MORAES; VITALLE, 2015; TAQUETTE, 2013).

Segundo Borges (2004), a adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano significativamente importante, marcada não pela idade cronológica, mas constituída pelas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Já Soares (2007), aponta no A3 que a compreensão desse fenômeno expressa-se de diferentes formas, que variam de acordo com os conceitos e as respectivas ideologias dominantes em diferentes contextos e culturas.

Baptista, Baptista e Dias (2001), remete que nessa etapa do desenvolvimento as experiências e vínculos que se estabelecem em contextos sociais e grupos de referência, tais como a família e a escola, mostram-se significativamente importantes, uma vez que oferecem possibilidades para que os sujeitos se aprimorem intelectualmente, bem como desenvolvam habilidades de interação social a partir da relação com o outro e da percepção sobre si mesmo.

Outra característica importante observada no A1 sobre território escolar está assinalada por Delors (1994), quando afirma que os temas trazidos para estudo na escola devem estar em sintonia com os quatro pilares básicos da educação para o século XXI: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver juntos e aprender a fazer. A escola, historicamente, tem reforçado seu papel tradicional e de alfabetização científica, entretanto, com esses novos prismas – críticos – ela tem se reiventado em direção as novas competências em conexão com a vida em sociedade e com a política como construção do bem comum.

As questões de gênero e sexualidade há alguns anos variam entre propostas explícitas de abordagem escolar, como foi o caso do tema transversal Orientação Sexual no interior dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), já previstos no Plano Decenal de Educação 1993-2003 (FARIA et al., 1999), e sua negação, como foi a polêmica sob o rótulo de “ideologia de gênero”, quando muitos municípios e estados retiraram de seus planos de educação a menção ao aprendizado de questões de gênero e sexualidade. Há claramente exposto no A2 uma disputa política no âmago da sociedade brasileira entre grupos que não desejam sua

abordagem pela escola (ROSADO-NUNES, 2015) e outros que defendem com ardor que esses temas sejam ensinados de modo explícito (BENTO, 2015).

Acerca do reconhecimento da potencialidade da escola enquanto grupo de referência e espaço de significativa importância no processo de construção do ser humano, Saito (2008) destaca sobre a necessidade de que sejam trabalhadas com os adolescentes questões como gênero e sexualidade, drogas, projetos de vida, entre outras, valendo-se do respeito à autonomia e reconhecimento das capacidades dos adolescentes.

Seffner (2016), ressalta que a escola é lugar de questionamentos e que todos eles merecem ser respondidos. A escola vista no A5 oferta conhecimentos que tem como objetivos incentivar o interesse dos alunos através de suas diversidades de estratégias pedagógicas, assim configurando o que se chamam de cultura escolar, e por essa cultura entendesse as formas de avaliações e como são realizadas as atividades que permitem reconhecer as funções sociais e conhecer os limites e a possibilidades. Esta instituição, “concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada” (LOURO, 1997, p.57) e desta forma trouxe uma diversidade para dentro dela fazendo que seja repensada sobre esse olhar.

Estudos realizados no ambiente escolar com docentes ou estudantes (Gesser, Oltramari, Panisson, 2015; Longaray e Ribeiro, 2015; Mariano e Altmann, 2016) ou sobre materiais didáticos (Oliveira e Diniz, 2014) apontam limitações nas abordagens dos temas de sexualidade e gênero, subordinando-os a uma visão essencialista, normativa e determinista, sendo possível perceber um discurso muito resistente em relação às diferenças de gênero, se limitando muitas vezes a dicotomia do masculino/feminino.

Em análise sobre a incorporação dos temas da diversidade sexual e do gênero nas políticas públicas de educação, Vianna (2015) ressalta no A3 que docentes dos níveis fundamental II e médio da rede pública estadual de ensino da cidade de São Paulo, por ela entrevistado/as, não conseguiram alterar suas práticas pedagógicas após terem passado por formação específica sobre tais temas. A autora explora as tensões entre desigualdades sociais e de gênero na relação entre estado e movimentos sociais (LGBT), apontando dificuldades estruturais para transformação das práticas educativas: “as ações do Estado parecem querer valorizar a diversidade sexual sem considerar as relações de poder que a heteronormatividade chancela” (Vianna, 2015, p. 802).

Carrara et al. (2009) observam que na abordagem da sexualidade na escola, as crianças não são reconhecidas como sujeitos de direitos. Essa interpretação leva pessoas adultas a condenarem a temática na escola por ser assunto a ser tratado na intimidade da família. Como

ressaltam “é preciso questionar esta visão, e refletir sobre como o silêncio em relação a situações de discriminação por preconceito e violência de gênero contribuem para a reprodução de uma ordem desigual e injusta” (Carrara et al., 2009, p. 141).

Com relação a essa necessidade de capacitação profissional verificada nos resultados do A4, Costa (2004) destaca sobre as mudanças na realidade contemporânea e nas políticas vinculadas à educação, que atualmente reforçam sobre o papel da escola para a construção da cidadania e exigem dos profissionais novos modos de agir no cotidiano das práticas educativas. Sobre essa questão, o autor ressalta a necessidade de se repensar a formação inicial dos professores e atenta para a importância de um cuidado especial com um olhar crítico e criativo nas formações continuadas voltada aos profissionais.

No entanto em um dos estudos, Claudia Vianna e Sandra Unbehaum (2002) consideram que, de modo geral, a escola e profissionais da educação estão pouco preparados/as para lidar com a diversidade de gênero. Assim, no A5 gestores/as e formuladores/as de políticas têm apresentado sensibilidade e compromisso com questões de gênero. Apesar de toda a complexidade, as políticas públicas educacionais não costumam dar a devida atenção às questões relativas a gênero e diversidade sexual em suas proposições para os sistemas de ensino e para a prática educacional cotidiana das relações escolares.

Além da falta de formações continuadas para professores sobre a temática, Souza (2011) diz que as limitações da abordagem da sexualidade na escola e na família foi ressaltada em outros estudos, A1 e A3 apontam esses espaços sociais como instituições com discursos mais centrados em métodos preventivos tradicionais, às vezes cerceadores, com enfoque ainda limitado no que concerne à promoção da saúde e da cidadania.

Isto faz com que, de modo mais centrado, inicie-se um processo de elaboração, planejamento e efetivação de práticas que tenham por base a proximidade com as vivências dos adolescentes, que estimulem a troca de experiências, o raciocínio crítico-reflexivo e o protagonismo deles no campo afetivo-sexual e reprodutivo. Nesse sentido têm sido propostas novas abordagens da sexualidade na adolescência por meio de tecnologias ativas que favoreçam a interação e a produção de novos modos de subjetivação.

O processo de construção dos sujeitos é muito sutil. É nas práticas cotidianas, nos pequenos gestos e palavras banalizadas no dia-a-dia da escola, onde se encontra o alvo de atenção, pesquisa e ação, por parte dos/das educadores/as que intencionam mudar esta realidade. “Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui” (LOURO, 1997, p. 64).

Quando não se tem possibilidades de resistência, também limita o sujeito à passividade, ao constrangimento, como uma prática que “marcam” os sujeitos, carregando-os de estigmas, sofrimentos, com efeitos duradouros em suas ações. Pensando a questão de gênero e sexualidade como relações de poder, onde não é um algo “dado”, mas sim construído entre as tramas dessas relações, penso que são “naturalizadas” certas formas de sexualidade; toda vez que se manifestam comportamentos diversos aos padrões “naturalizados”, surgem estranhamentos que podem gerar relações de violência. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais. Elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000 p.3), elas comportam tanto a positividade criadora de novas experimentações da sexualidade, quanto à negatividade das interdições, sujeições, estigmas e sofrimentos que os preconceitos institucionalizados promovem.

Scott (1995, p. 86) afirma que “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Daí se conclui no A3 que, quando professores e professoras planejam abordagens de gênero e sexualidade na escola, não devem limitar-se a identificar o que são códigos do feminino e do masculino ou mesmo a descrever apenas as diferentes orientações sexuais que existem. De modo muito mais profundo, essas questões estão inseridas no campo dos direitos humanos, ou seja, elas dizem respeito à vida política no espaço público e à distribuição de poder e de oportunidades entre pessoas.

Pires et al. (2013) apontam no A8 a perspectiva dos jogos no processo educativo de gênero e sexualidade para a formação de profissionais como reflexões que questionam se é possível o ambiente normativo da educação não coibir o caráter espontâneo, livre, desinteressado e libertário dos jogos. Tal reflexão objetiva uma profícua relação entre pedagogias libertadoras e críticas com os atributos emancipatórios do lúdico, buscando uma interface entre conceitos que norteiam a dinâmica lúdica e a atividade educativa que, sem necessariamente subordinar uma a outra, potencializem a criação dos sujeitos pelo exercício da liberdade. Assim, pare esses autores a busca de um caminho para a educação que contemple ao máximo as características emancipatórias do lúdico precisa cultivar, até onde for possível, uma vinculação desinteressada entre o jogo e a educação sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como ambiente multideterminado pela realidade deve respeitar a diversidade humana, acolhe-la e trata-la de maneira pedagogicamente adequada no interior do processo educacional. Deste modo, sabendo que a educação não é um ato neutro, e que professores e

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br  
[www.desfazendogenero.com.br](http://www.desfazendogenero.com.br)

alunos compartilham – através do Currículo Oculto - vivências, pensamentos e modos de pensar, sentir e agir, devemos entender a escola como instituição potencializadora e eficaz no trato de temas relacionados ao gênero e sexualidade.

Este estudo apontou, dentre muitos achados, que questões de gênero e sexualidade são vinculadas ao conhecimento científico, ou seja, o saber sobre gênero e sexualidade, continua centralizado ainda no ponto de vista biológico, os quais negam os fatores históricos e culturais da constituição do sujeito. Tratar pedagogicamente de temas relacionados a gênero e sexualidade nas escolas, mais do que inserir temas ou disciplinas, representa avanço no que se diz respeito aos direitos humanos, e especialmente, na garantia de acesso e permanência.

Guiar-se por esses aspectos podem nos auxiliar também a saber viver em sociedade e no âmbito do espaço público, negociando as diferenças de gênero e sexualidade. Vale lembrar no A3 que o espaço público é ser lugar de intensa negociação das diferenças e de aprendizado político daí decorrente, cuidando para evitar que a diferença oportunize a criação de situações de desigualdade ou injustiça, como ocorre em ambientes de racismo institucionalizado, machismo predominante, heterossexualidade compulsória, privilégios apenas para aqueles que são de certa etnia ou classe social.

O espaço público, especificamente a escola, não é uma extensão do ambiente privado da casa, e não se pode imaginar que ele seja regido por uma lógica doméstica. No ambiente domiciliar, podemos escolher companhias e definir modos de proceder, dentro, é claro, dos limites da lei. No espaço público, vamos cruzar com indivíduos que diferem de nós, e nós deles, em muitos atributos e a este aspectos recorreremos a necessidade da criação de leis que efetivamente promovam a equidade e igualdade.

No cotidiano das escolas é possível perceber a naturalização que existe com os preconceitos de raça, gênero e orientação sexual. Não é possível inferir com precisão as motivações dessas práticas, mas podemos elencar algumas delas, tais como: a) o preconceito institucionalizado; b) falta de diretrizes específicas à formação de professores; c) insuficiência de políticas afirmativas para a implantação de temas relacionados à Educação Sexual.

Assim sendo, entendemos que é preciso que haja reflexão acerca da urgência para que seja contemplada na matriz curricular dos cursos de Formação de Professores, componentes curriculares que versem sobre o tema Gênero e Sexualidade, o que pressupõe que as/os futuras/os professoras/es obtenham em sua formação acadêmica, de modo condizente, referenciais teóricos, históricos, antropológicos e educacionais, para desenvolver sua atividade docente contextualizada e comprometida com a causa. Assim, acreditamos que o processo de desnaturalização sobre os gênero e sexualidades é uma condição necessária à educação do

futuro, tendo em vista que a escola se constitui como espaço privilegiado para o tratamento pedagógico dessas questões.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. N.; Baptista, A. S.; Dias, R. R. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília: CFP, v. 21, n. 2, p. 52-61, 2001.

BENTO, Berenice. **Disputas de Gênero**. Correio Braziliense, Brasília, 30 jun. 2015. Opinião, p. 11.

BORGES, A. L.V.; Trindade, R. F. C. Gravidez na adolescência. In: ; Fujimori, E. **Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica**. Barueri: Manole, 2009. p. 334-347. . Adolescência e vida sexual: análise do início da vida sexual de adolescentes residentes na Zona Leste do município de São Paulo. 2004. 185f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1997

BRÊTAS JR, Ohara CV, Jardim DP, Aguiar Junior W, Oliveira JR. Aspectos da sexualidade na adolescência. **Ciências Saúde Coletiva**. 2011;16(7):3221-8.

CARRARA, Sergio; HEILBORN; Maria Luiza (orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnicoraciais**. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009.

COSTA, N. M. L. A formação contínua de professores: novas tendências e novos caminhos. **Holos**, Natal: IFRN, ano 20, p. 63-75, dez. 2004. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/48/52>>. Acesso em: set. 2019.

DELORS, Jacques. **La Educación encierra un Tesoro: informe de la UNESCO de la comisión internacional para la educación para el siglo XXI**. Madrid: Santillana/Ediciones UNESCO, 1994.

FARIA, Nalu et al. (Org.). Caderno Educação e Gênero. São Paulo: **Sempre Viva** Organização Feminista, 1999.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011a. p. 66-81.

GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em dexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 157-171, 2016.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, p. 723-747, 2015.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado: Pedagogia da Sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **A construção escolar das diferenças.** Petrópolis: Vozes, 1997

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Proposições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena. **Educação física na educação infantil: educando crianças ou meninos e meninas?** Cadernos Pagu, n. 46, p. 411-438, 2016

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência: interações ONU-Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2523-2531, 2015.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, 2012.

NOTHAFT, Simone Cristine dos Santos; ZANATTA, Elisangela Argenta; BRUMM, Maria Luiza Bevilaqua; GALLI, Kiciosan da Silva Bernardi; ERDTMANN, Bernadette Kreuz; BUSS, Eliana; SILVAN, Pamela Roberta Rocha. Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 284-294, 2014.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros; DINIZ, Débora. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 1, p. 241-256, 2014.

PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO, Almudena Garcia; STREY, Marlene Neves. **Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil.** Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

PIRES MRG, Guilhem D, Göttems LBD. **Jogo (IN)dicaSUS: estratégia lúdica na aprendizagem sobre o sistema único de saúde.** Texto Contexto Enferm 2013; 22 (2):379-388.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “**Ideologia de Gênero**” na **Discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica.** Horizonte, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, set. 2019.

SAITO, M. I. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. A prevenção em questão. In: .; Silva, L. E.; Leal, M. M. (Eds.). **Adolescência, prevenção e risco.** 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. p. 41-46.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v.20, n.º 2, julho/dezembro de 1995, pp. 71-99

SEFFNER, Fernando. **Escola Pública e Professor como Adulto de Referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação.** Educação Unisinos, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos; São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016. No prelo.

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. **Gênero e sexualidade no cotidiano da escola: a morte social causada pelo bullying homofóbico.** In: TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida (Org.) Outros plurais: mulheres e homens na educação. Curitiba: CRV, 2013. p. 29 – 39

SILVA, Denise Quaresma; GUERRA, Oscar Ulloa. Educación Sexual: estudio comparativo entre escuelas en Brasil y en Cuba. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 280-301, 2013.

SOARES, C. B. **Consumo contemporâneo de drogas e juventude: a construção do objeto na perspectiva da Saúde Coletiva.** 2007. 195p. Tese (Livre-Docência) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA V. Adolescentes em cena: uma proposta educativa no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Rev Esc Enferm USP** 2011; 45(n.esp2):1716-1721.

TAQUETTE, Stella R. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 72-77, 2013.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.

VILELAS-JANEIRO, José Manuel da Silva. Educar sexualmente os adolescentes: uma finalidade da família e da escola? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 29, n. 3, p. 382-390, 2008.

SILVA, Luan Layzon Souza; LEITE JUNIOR, Francisco Francinete. Homofobia na Escola: Problematizando Gênero e Sexualidade entre estudantes do Ensino Médio. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.30-37, 19 fev. 2016. Universidade Federal da Bahia.

VIANNA, Cláudia Pereira. P. & UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.34, n.121, p.77-104,



Jan./Abr. 2004. Inserido em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> Acesso em: 25 out. 2012.